



LEI Nº. 819/2009

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E CRITÉRIOS
PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CASO DE
CIRCUNSTÂNCIAS TEMPÓRARIAS, EMERGÊNCIAS
E DE CALAMIDADE PÚBLICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Cachoeira.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cachoeira DECRETA, e eu SANCIONO a seguinte Lei.

CAPITULO I

Art. 1º - Esta Lei, com fulcro nos Artigos 23 II, 30 I e II, 203 e 204 I, da Constituição Federal, Art. 26 da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000, 15 I e II, 22 da Lei Federal 8.742 de 7/12/1993 e a Resolução nº. 212 de 19/10/06 - regulamenta a concessão, pela administração pública dos benefícios eventuais de Assistência Social.

Art. 2º - Benefício Eventuais é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias de Sistema único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo Único - Na comprovação das necessidades para concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 3º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provocar riscos e fragilizar a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.



CAPITULO II

Do valor dos benefícios eventuais

Art. 4º - O critério para a concessão do benefício eventual é o que determina a Lei nº. 8.742 de 7/12/93 no seu Art. 22, fixado 1/4 do salário mínimo.

Parágrafo Único - A concessão e o valor dos benefícios constantes nesta Lei, serão regulamentadas pelo CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, obedecendo critérios e prazos definidos pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

Da concessão dos benefícios eventuais

Art. 5º - A concessão do benefício eventual pode ser requerido por qualquer cidadão ou famílias á Secretaria Municipal, mediante atendimento de algum dos critérios abaixo:

- I - Estando de acordo com os Arts. 2º e 3º desta Lei;
- II - Após preenchimento do formulário elaborado pela Assistente Social responsável pelo atendimento na Secretaria pelos benefícios socioassistenciais;
- III - Após realização de visita domiciliar pela Assistente Social responsável pelo acompanhamento dos benefícios socioassistenciais, para verificação da situação de vulnerabilidade do cidadão e famílias beneficiarias;
- IV - Após autorização da Assistente Social que acompanha os benefícios socioassistenciais na Secretaria.

CAPITULO III

Dos benefícios eventuais em espécie

Art. 6º - O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 7º - O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades que garantam a dignidade e o respeito á família beneficiaria tais como:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



- I - Custeio das despesas de uma funerária, velório e de sepultamento;
- II - Custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidade advindas da morte de um seus provedores ou membros;
- III - Ressarcimento no caso de perdas e danos causados pela ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário;

Art. 8º - O benefício funeral pode ocorrer na forma de pecúnia ou na prestação de serviços.

§ 1º - Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de uma funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º - Quando o benefício for assegurado em pecúnia, deve ter como referencia o custo dos serviços previstos no Parágrafo anterior.

§ 3º - O benefício, requerido em caso de morte, deve ser pago imediatamente, em pecúnia ou em serviços, sendo de pronto atendimento, em unidade de plantão 24 horas.

§ 4º - O município deve garantir a existência de unidade de atendimento com plantão 24 horas para o requerimento e concessão do benefício funeral, podendo este ser prestado diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.

§ 5º - Em caso de ressarcimento das despesas previstas no § 1º, a família pode requerer o benefício até trinta dias após o funeral.

§ 6º - O pagamento do ressarcimento será equivalente ao valor das despesas previstas no Parágrafo primeiro.

§ 7º - O benefício funeral será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

§ 8º - O benefício funeral pode ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

Do auxílio - natalidade

Art. 9º - O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de um membro da família.



Art. 10º - O alcance do benefício natalidade, estabelecido nesta Lei, é destinado à família e terá, preferencialmente entre suas condições:

- I - Atensões necessárias ao nascituro;
- II - Apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;
- III - Apoio à família no caso de morte da mãe;
- IV - Apoio à mãe vítima de seqüestro de pós-parto;
- V - O que mais a administração municipal considerar pertinente.

Art. 11º - O benefício natalidade pode ocorrer na forma de pecúnia ou em bens de consumo tais como:

§ 1º - Os bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido incluindo itens de vestuário, alimentação, berço e utensílios para a alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º - Quando o benefício natalidade for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas previstas no Parágrafo anterior.

§ 3º - O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 4º - O benefício natalidade deve ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 5º - A morte da criança não inabilita a família de receber o benefício natalidade.

§ 6º - O benefício natalidade será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

§ 7º - O benefício natalidade pode ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

Do auxílio-viagem

Art. 12º - O benefício eventual em forma de auxílio-viagem, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia ou em passagem, de forma a garantir ao cidadão e as famílias condições dignas de retorno à cidade de origem ou visitas aos parentes e situação de doenças ou morte em outras cidades, povoados e estados.

RENOVAR CACHOEIRA



Art. 13º - O alcance do benefício auxílio-viagem, estabelecido nesta Lei municipal, é destinado á famílias e terá, preferencialmente, as seguintes condições:

- I - De doença, falecimento de parentes, consangüíneo ou afim, que residam em outras cidades, povoados e estados;
- II - Visita anual a ascendentes ou descendentes em outras localidades, municípios, povoados e estados;
- III - Necessidade de acompanhar: crianças, idosos e pessoas com deficiências;
- IV - Necessidade de acompanhar a pessoa em caso de doença.

Art. 14º - O benefício auxílio-viagem consiste na inclusão de despesas com alimentação, garantindo a dignidade e respeito á família beneficiaria.

§ 1º - Quando se trata de emigrante acompanhado ou não de sua família serão dadas condições dignas de retorno á cidade de origem, assegurada as despesas com alimentação e contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de garantir condições de permanência da família através de acompanhamento qualificado, visando a sua cidade.

§ 2º - Quando o benefício auxílio-viagem for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas com passagens, considerando o Parágrafo anterior e o Art. 16º e adequando aos valores dos serviços.

Do auxílio cesta básica

Art. 15º - O benefício eventual, na forma de auxílio cesta básica, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia por uma única parcela, ou em alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação saudável e com segurança ás famílias beneficiária.

Art. 16º - O alcance do benefício cesta básica, estabelecida nesta Lei, é destinado á famílias beneficiarias e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

- I - Insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e quantidade;
- II - Deficiência nutricional causada pela falta de uma alimentação balanceada e nutritiva;
- III - Necessidade de uma alimentação especifica voltada para doenças crônicas;

ADMINISTRAÇÃO
RENOVAR CACHOEIRA



- IV - Desemprego, morte e ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- V - Nos casos de emergência e calamidade pública;
- VI - Grupos vulneráveis e comunidades tradicionais.

Art. 17º - Quando o benefício auxílio cesta básica for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas previstas no Art. anterior prevendo as especificidades de cada item colocado.

Art. 18º - O requerimento do benefício cesta básica deve ser pago e ou fornecido, após um dia da solicitação pela família beneficiária.

Parágrafo Único - Em se tratando do caso de doença crônica a solicitação terá que ser atendida de forma imediata.

Do auxílio documentação

Art. 19º - O benefício eventual, na forma de auxílio documentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia, por uma única parcela, garantindo aos cidadãos e as famílias, a obtenção dos documentos que necessitam e que não dispõe de condições para adquiri-lo.

Art. 20º - O alcance do benefício auxílio documentação, é destinado aos cidadãos e às famílias e será preferencialmente para adquirir os seguintes documentos:

- I - Registro de Nascimento;
- II - Carteira de Identidade;
- III - CPF;
- IV - Carteira de Trabalho.

Parágrafo Único - A concessão que trata este Artigo compreende recolhimento de taxas, fornecimento de fotografias e o valor para deslocamento do beneficiário.

Art. 21º - O benefício auxílio documentação é uma forma de pecúnia e deve ter como referência o valor das despesas previstas no Parágrafo anterior e pago após solicitação e comprovada a necessidade, através do preenchimento do formulário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RENOVAÇÃO CACHOEIRA



Art. 22º - O benefício eventual, na forma de auxílio moradia, constitui-se uma ação da Assistência Social em parceria com a Secretaria de Obras e Meio Ambiente do município e outras entidades, na concessão de moradia às famílias de baixa renda que tenham sofrido perdas do imóvel devido calamidade pública e ou se encontre em situação de rua.

Parágrafo Único - O beneficiário na forma de auxílio moradia, conforme consta no "caput" Art. 22 desta Lei, também será concedido as famílias de baixa renda, materiais de construção para recuperação do imóvel onde reside esteja em estado precário de conservação, ou para auxiliar na construção de casas populares.

CAPITULO IV

Das calamidades públicas

Art. 23º - Entende-se como ações assistenciais em caráter de emergência, aquelas provenientes de calamidades públicas provocadas por eventos naturais e, ou epidemias.

Art. 24º - Enquadram-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

- I - Abrigos adequados;
- II - Alimentos;
- III - Cobertores, colchões e vestuários;
- IV - Filtros.

Art. 25º - No caso de calamidades, situações de caráter emergencial devem ser realizadas uma ação conjunta das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias.

CAPITULO V

Das competências

Art. 26º - Compete ao Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social as seguintes diretrizes:

RENOVAR CACHOEIRA



- I - Estimar a qualidade de benefícios a serem concedidos durante cada exercício financeiro;
- II - Coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;
- III - Manter uma recepção na Secretaria Municipal de Assistência Social com uma Assistente Social, para o atendimento, acompanhamento, concessão, orientação dos benefícios eventuais;
- IV - Realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão;
- V - Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários a operacionalização dos benefícios eventuais;
- VI - A Secretaria Municipal de Assistência Social manterá um arquivo que registrará os requerimentos já efetuados com o fim de evitar doações indevidas e para aferição das carências da população;
- VII - Articular com a rede de proteção social básica e especial, entidades não governamentais e as políticas setoriais ações que possibilite o exercício da cidadania das famílias, seus membros, indivíduos e cidadãos que necessitam do benefício eventuais, através da inserção social em programas, projetos e serviços que potencialize suas habilidades em atividades de geração de renda.

Art. 27º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social deliberar as seguintes ações:

- I - Informar sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais;
- II - Avaliar e reformular, se necessário, a cada ano a regulamentação de concessão e o valor dos benefícios eventuais;
- III - Analisar a Lei Municipal que regulamenta os benefícios eventuais;
- IV - Definição da % a ser colocada no orçamento municipal a cada exercício financeiro para os benefícios eventuais;
- V - Apreciação dos requerimentos de concessão dos benefícios eventuais e o pagamento dos mesmos;
- VI - Estabelecer padrões e limites das despesas a serem realizadas mediante o emprego dos benefício eventuais;
- VII - Analisar e aprovar os instrumentos utilizados para concessão e cadastramento dos beneficiários;
- VIII - Promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais assim como os critérios para sua concessão.

Art. 28º - Compete ao Estado definir sua participação no co-financiamento dos benefícios a partir de:

- I - Identificação dos benefícios implementados em seus municípios, verificando se os mesmos estão em conformidade com as regulamentações específicas;

**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA CACHOEIRA**



Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 - 03 - 1837)
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045 de 18 - 01 - 1971)

Largo D'ajuda nº 02 - Centro / Cachoeira / Bahia

Fone: (0xx75) 425-1396

II - Levantamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais de seu município e índice de mortalidade e de natalidade;

III - Discussão junto a CIB (Comissão Intergestora Bipartiti) e ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social) sobre o co-financiamento dos benefícios eventuais para o município;

IV - Caberá ao Estado coordenar, acompanhar, monitorar e assessorar o município na concessão dos benefícios eventuais.

Parágrafo Único - O processo de discussão com a CIB e CEAS deverá determinar um percentual de recursos a ser repassado a cada município, em um prazo de oito meses após a publicação da Resolução.

Art. 29º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 748 de 27.04.2007.

GABINETE DO PREFEITO DE CACHOEIRA em, 11 de maio de 2009:

FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA
Prefeito

ADRIANA DOS SANTOS SILVA
Secretária de Assistência Social e Trabalho

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO